



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 639285 - PA (2021/0006445-0)

**RELATOR** : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ  
**IMPETRANTE** : HERNA SOCORRO PEDROSO DE AZEVEDO  
**ADVOGADO** : HERNA DO SOCORRO PEDROSO DE AZEVEDO - PA028409  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
**PACIENTE** : BENEDITO CUNHA DA SILVA (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de BENEDITO CUNHA DA SILVA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ (Agravado em Execução n. 0008804-34.2012.8.14.0401).

O paciente encontra-se cumprindo penas privativas de liberdade que, somadas, chegam a 27 anos, 6 meses e 21 dias de reclusão por violação ao que disposto nos arts. 147, *caput*, e 129, § 1º, do Código Penal; 129, § 9º, do Código Penal c/c art. 5º, III, e art. 7º da Lei 11.340/06; art.157, § 2º, do Código Penal e art. 33, § 1º, da Lei n. 11.343/06.

A impetrante sustenta que (fls. 5-6):

Hoje, a progressão de regime de cumprimento de pena, passou a ser regulada exclusivamente pelo artigo 112 da Lei de Execuções Penais.

Senão vejamos, artigo 112, inciso V e VII da lei 7.210/84:

V - 40% (quarenta por cento) da pena, se o apenado for condenado pela prática de crime hediondo ou equiparado, se for primário; (Incluído pela Lei nº 13.964, de 2019).

VII - 60% (sessenta por cento) da pena, se o apenado for reincidente na prática de crime hediondo ou equiparado;

(Incluído pela Lei nº 13.964, de 2019) Com isso temos que a nova redação do artigo 112 da LEP, prevê aos condenados por crime hediondo ou equiparado, o cumprimento de 40% quarenta por cento da pena, caso sejam primários em crime hediondo, e, 60% por cento para os que ostentarem a figura da reincidência específica.

Tais considerações nos permitem concluir que o condenado por crime hediondo ou equiparado não terá sua fração de cumprimento de pena agravada, pela simples reincidência, devendo esta ser específica, ou melhor, terá que ser reincidente em crime da mesma natureza. (grifo nosso)

Por fim, neste raciocínio a Lei Anticrime vem beneficiar aqueles apenados que cumprem a fração de 3/5 e, não ostentam a condição de

reincidentes específicos, caso que se aplica ao paciente, BENEDITO DA CUNHA DA SILVA.

Requer, liminarmente, que se retifique o cálculo de penas para constar o percentual de 40% para progressão de regime prisional quanto ao crime hediondo. No mérito, pugna pela concessão da ordem para que se confirme a liminar deferida.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente